

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado (S. C.)*

Class.: *Semana do Índio*

Data: *19 de abril de 1981*

Pg.: *39*

Semana do Índio: uma comemoração artificial

Mais uma Semana do Índio está sendo comemorada, com encerramento previsto para amanhã (segunda). Dia do Índio. A grande maioria dos antropólogos não concordam com estas festividades fundamentalmente porque não colocam os problemas mais profundos, abordando o tema apenas de uma maneira superficial. Outra razão para o ceticismo da classe é que, por mais discussões e problemas levantados nesta semana, dificilmente a Funai, uma das principais incentivadoras destas comemorações, utiliza estes dados para alterar sua política indigenista.

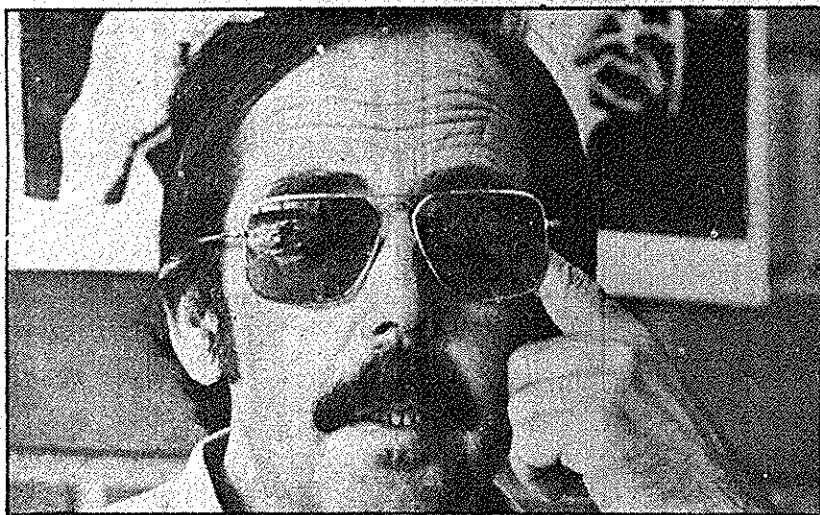
Segundo Silvio Coelho, da Semana do Índio de 80 para a de 81 pode-se dizer que não houve nenhuma modificação substancial, mesmo a partir de 76 e 77, quando passou-se a discutir amplamente a questão da emancipação desta etnia. "O que mudou foi que alguns índios morreram, outros nasceram, alguns funcionários da Funai foram demitidos alguns índios perderam suas terras. Mas quanto a uma mudança de orientação nada se pode afirmar", observa ele. Já a antropóloga Cecília Maria Vieira Helm coloca o outro lado da questão: "O índio, sim, mudou nestes anos todos. Tomou mais consciência de seus problemas e assumiu para si sua própria luta".

Neusa Sens Bloemer discorda também das comemorações da "Semana do Índio" porque, diz ela, "o índio é elemento que deve ser reconhecido como parte da nossa sociedade e como tal deve ser considerado todos os dias do ano. Mas ele só é lembrado quando pode ser explorado pela sociedade, em outras épocas simplesmente não existe". Comprovando isso, a professora observa: "Nossos livros didáticos ressaltam que os índios moravam em ocas, caçavam e pescavam — o verbo é usado sempre no passado como se índio já não existisse mais na sociedade brasileira. Mas eles estão presentes, são mão-de-obra barata e só nessa ação é que ele é lembrado, las-

timavelmente. Ou ainda como motivo de festividade — crianças nas escolas pintadas "à la índio" sem saber o que é ser índio, ou melhor, o que é um índio. Recebemos uma formação, desde a escola primária, que nos inculca muitas idéias às vezes errôneas sobre o índio — como por exemplo a clássica frase de que o índio nem sequer serviu para executar trabalho escravo".

Mas o ponto principal de toda esta problemática, resalta Cecília Helm, da Universidade Federal do Paraná mas atualmente professora colaboradora da UFSC, é que o problema deve ser encarado como um problema político. E Silvio Coelho, pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC, completa: "O que deve ser considerado é que no Brasil existem 200 sociedades indígenas diferentes, portadoras de uma cultura, língua e tradição diferenciadas. Portanto, este Estado brasileiro é uma ficção que precisa ser revisito e repensado para encontrar formas de relacionamento com estas Nações que não tenham caráter de dominação. E muito menos que objetivas a integração e, portanto, o desaparecimento destas sociedades. Ainda sob o ponto de vista político é preciso ressaltar que este Estado brasileiro formou-se a custa da exterminação de centenas de povos tribais que ocupavam o território hoje dito brasileiro à época da invasão na América".

Segundo a professora Cecília Helm, deve-se enfatizar também que, apesar da política oficial do índio ser encaminhada para a integração, todos os índios se pensam como índios, afirmam sua identidade étnica e não têm interesse em se transformarem em cidadãos iguais aos outros. A população em contato com eles, diz Paulo Aspelin, da Cleveland State University e professor-visitante da UFSC, também não reconhece o índio como comum e tratam-no de uma maneira estereotipada. Assim, na prática, a política de integração não está sendo incorporada, pois os índios só por



Coelho não vê mudança de orientação na política indigenista

motivos de sobrevivência integram a massa dos trabalhadores comuns como bóias-frias. "Mas a atividade econômica" lembra, "é parte muito pequena da vida da gente".

Mais uma razão para Cecília Helm observar que "o problema é eminentemente político e que deve ser visto de uma forma não individual, como um mero conceito, mas como um indivíduo integrante de uma sociedade, como um que jamais teve seus direitos reconhecidos".

IBIRAMA

A reserva indígena de Ibirama, para Silvio Coelho, é um exemplo dos extremos a que pode chegar uma sociedade indígena quando altamente pressionada, tendo ainda como órgão tutor que não atende às suas reais necessidades. "O caso de Ibirama é dramático", diz o pró-Reitor, "porque esta reserva está sendo violentamente pressionada nos últimos anos devido à construção de barragem. Ela começou a ser planejada há 10 anos e até o momento os índios não foram efetivamente consultados a respeito. E são eles que receberam a maior parte dos ônus: 2/3 de suas terras serão ocupadas, como tudo isso fosse propriedade do Ministério do Interior".

"Hoje, vivem ali 200 pessoas em condições extremas de miséria, altamente desmotivadas para viver, tendo em vista o quadro de insegurança em que foram colocados — não sabem o que acontecerá amanhã, se a roça plantada vai poder ainda ser colhida. E não sabem também a quem recorrer", salienta Silvio Coelho. Ele lembra ainda que estes índios tem a escritura destas terras outorgadas pelo Governo catarinense e registradas em cartório em 1966. Por isso, se o Governo desejar utilizar alguma parte destas terras estaria obrigado a discutir com os índios uma indenização de prejuízo, inclusive os indiretos. Mas, observa, até hoje o máximo ganharam foi uma pequena indenização decorrente do rompimento de uma enseada da barragem em 79. Sobre a enchente de dezembro do ano passado ainda não foi decidido nada.

O pior disso tudo, para o professor é que a Funai "parece que ainda não entendeu a gravidade da situação e, quando os índios de Ibirama, sem outra chance, pleitearam em outubro de 80 a eliminação da tutela, a Funai abriu processo regular objetivando efetivamente a considerar a possibilidade de outorgar aos índios a condi-

ção de cidadãos brasileiros. Isto significa que o problema real de Ibirama não está sendo compreendido, pois a simples declaração de que o índio é cidadão não vai encher sua barriga, muito menos permitir a resolução dos outros problemas que está enfrentando, como a falta de escolas, precárias condições de saúde e o direito de serem reconhecidos como membros de uma sociedade diferente".

Os antropólogos Silvio Coelho, Neusa Bloemer, Cecília Maria Vieira Helm e Paulo Aspelin, desde 78, vem estudando as consequências que a construção das barragens do Rio Uruguai pode trazer à população indígena da região. Inicialmente, o objetivo era atender uma solicitação da Eletrosul — a primeira empresa a se preocupar com o problema, salienta Silvio Coelho. O estudo foi entregue, com sugestões quanto a que medidas tomar para que a situação não chegasse ao ponto que chegou. "Mas sua execução", diz, "é uma interrogação".

A construção de obras deste porte ocasionaram os prejuízos diretos e os indiretos. Os primeiros abrangem a terra perdida e suas benfeitorias e os segundos, mais difíceis de serem detectados, incluem o "stress" pela falta de informações sobre o que acontecerá no futuro — já há 10 anos a barragem está sendo planejada e até hoje nenhuma decisão final foi anunciada. Esta ansiedade chegou ao ponto máximo, ali, principalmente pela omissão da Funai. Em dezembro houve uma reunião entre funcionários da Eletrosul, Funai e antropólogos a respeito de Tucuruí. Nesta ocasião, afirma Silvio Coelho, a Funai — o órgão que tem a tutela da população indígena — demonstrou uma completa insensibilidade quanto aos problemas. E, lembra Cecília Helm, justificando tudo em função do desenvolvimento nacional.

A partir destas experiências, o grupo interessou-se mais pelo problema e passou a trabalhar independentemente, estudando também as

populações não-indígenas que serão afetadas por estas mesmas obras. Por isso, diz Silvio Coelho, "estamos no encaminhando para uma antropologia de vítimas do desenvolvimento".

Outro problema singular do Brasil referente ao índio, segundo os antropólogos, é que as populações indígenas daqui nunca foram tratados como sociedades, mas sempre como indivíduos, isto desde o tempo da colonização portuguesa. Já nos Estados Unidos, sempre foram tratados como Nações, até mesmo declaravam guerra com algumas delas. Isto é uma distorção da realidade", explica Cecília Helm, pois se discute então um indivíduo chamado Juruna e não a sociedade Xavante do qual ele faz parte.

A situação, desta maneira, não tem perspectivas de uma substancial modificação, acredita Silvio Coelho. "Pelo contrário, a perspectiva é continuar no velho esquema de integração, ocupando cada vez mais territórios que pertencem aos índios em nome do desenvolvimento nacional". Em seu entender, isto tudo é um reflexo de uma situação mais geral que condiciona as pessoas a não refletirem, a não pensarem e aceitarem facilmente as coisas apresentadas como lógicas. Apesar de que surpreendeu aos botânicos que efetuavam um levantamento da região Amazônica o conhecimento seguro e detalhado dos índios sobre as plantas e animais que viviam na área.

E pergunta Silvio Coelho: "Os índios domesticaram o milho, o fumo e várias outras espécies utilizadas hoje em dia pelos brancos. Mas, nestes 500 anos, quais as plantas domesticadas pelo homem? E importante nos perguntarmos, então, se não é possível uma outra ordem social além das consideradas pelo pensamento moderno. Os indígenas podem nos estimular à reflexão, se não somos escravos de um sistema que nos quer ausentes da reflexão crítica".

Por Elizabeth Karan

"O índio brasileiro é realmente sobrevivente"

Chapécó — "Dialogar, colocando o índio como interlocutor" — essa era a meta do presidente nacional do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — bispo Dom José Gomes, ao assumir a direção do órgão em 1979. Em quase dois anos de exercício da presidência, Dom José tem procurado dialogar com todos os segmentos da sociedade nacional, expondo, denunciando e exigindo soluções para o angustiante problema do índio brasileiro.

O Cimi se constitui hoje no mais famoso e prestigiado órgão não-oficial de defesa da causa indígena da América Latina e sua postura de denúncia e crítica à política indigenista oficial lhe valeu muitos atritos com o Governo, especialmente com a Fundação Nacional do Índio.

Dom José Gomes, ao substituir Dom Thomas Balduino na presidência do Cimi, ampliou e conferiu conotações nacionais a luta pela preservação dos povos indígenas. Hoje, suspira o prelado, "pode-se afirmar que existe no país uma consciência nacional pela causa de nossos índios, embora as medidas efetivas pela sua preservação não sejam tomadas com a mesma presteza e arrojado que o Cimi apregoa. Entretanto, a própria existência do Cimi é uma segurança de que a Funai não negligenciará perigosamente o problema".

Neste 19 de abril, Dia Nacional do Índio, o presidente do Cimi analisa a sua problemática, apontando as falhas da ação oficial, a destruição dos povos indígenas, a espoliação de suas riquezas, o desvirtuamento de sua cultura e etnia e as próprias falhas da ação evangelizadora.

OE — O índio brasileiro é um sobrevivente ou sua extinção é inexorável?

Dom José — O índio brasileiro é realmente um sobrevivente. No linguajar comum, sobrevivente é aquele que consegue salvar-se num desastre, numa batalha, num vendaval. O índio, nesse sentido, é verdadeiramente um sobrevivente. Desde a captura para servir de escravo até a guerra de extermínio, roubo de suas terras, destruição de sua cultura, tudo se tem feito neste país, para liquidar os índios. Dos cinco milhões existentes quando o os portugueses apontaram por estas terras, sobraram hoje 230 mil.

Sua extinção não é inexorável. Nos Estados do litoral, nordeste-sul, sobrevivem ainda 40 mil índios, em mais de 40 áreas. Conservam sua língua, sua organização tribal, alguns costumes e tradições religiosas. Resistiram 480 anos heróicamente à extinção. Como estes, existem muitos grupos em outros Estados do Brasil. E certamente saberão resistir ao massacre de suas nações e cultura.

OE — Apesar de todos os esforços do Cemi, os índios continuam sofrendo um processo de desarticulação e incorporam à sociedade de consumo como integrantes dos últimos extratos sociais. O que fazer diante disso?

Dom José — Não são esforços do Cimi, mas de antropólogos, cientistas, indigenistas e outros intelectuais. Há um consenso geral nacional e internacional que consagra o respeito às culturas das minorias étnicas. Penso que esta mentalidade vá se impondo e que os órgãos governamentais, de modo especial a Funai, assumam este modo de pensar e se respeite mais a cultura e a organização indígena.

OE — Quais principais falhas da política indigenista da Funai?

Dom José — As principais falhas se situam nos seguintes pontos: demora exagerada na demarcação das áreas indígenas. Nas áreas demarcadas não há instrumentos de defesa dessas áreas. A própria Funai explora economicamente as áreas. Contra o estatuto do índio, a Funai arrenda as terras indígenas a terceiros, deixando os índios na miséria. Demissão em massa de antropólogos e indigenistas, substituindo-os por outros técnicos sem a visão antropológica, socioló-



Dom José, na luta pelo índio, sempre aponta as falhas oficiais

gica e cultura necessária para tal atividade. A sistemática rejeição do parecer de outras entidades e organizações que querem ajudar na solução desse problema. A principal falha seria não fazer o índio sujeito de sua própria história e desenvolvimento.

OE — A tentativa de estadualizar a responsabilidade e a tutela do Governo sobre os índios ainda existe?

Dom José — Hoje não sabemos o que a Funai quer. Anuncia medidas e, se estas são criticadas, parte para outras. Muda de rumo a toda hora e a uma velocidade incrível. Sua arma é surpreender a Nação com medidas tomadas e executadas, se possível.

OE — O Estatuto do Índio ainda é uma efetiva proteção jurídica dos povos primitivos ou há tentativas de modificação?

Dom José — O estatuto do índio, apesar de seus "senões" ainda é o melhor que se tem. Mudança de estatuto, feita às pressas, característica dos órgãos governamentais atuais, seria uma fatalidade, se houvesse seriedade no trato com os índios, bem que se poderia melhorar o Estatuto do Índio.

OE — A última reunião da CNBB reafirmou a necessidade de consolidar o domínio da terra para os índios. O que representou na prática esse posicionamento?

Dom José — Não foi só o problema da terra que o encontro dos bispos ressaltou. Em outras áreas, o Governo tem se mostrado insensível à reclamações e sugestões e pedidos. Certamente as sugestões e pedidos da CNBB não tiveram melhor sorte, se é que a Funai tomou conhecimento.

OE — Qual a situação das áreas indígenas em termos de demarcação?

Dom José — Em meados de 1980, a demarcação das áreas indígenas apenas atingia a 40% das áreas. O Ministério do Interior anunciou há pouco tempo que já teriam sido demarcadas 100 áreas. Deus queira que isso seja sério.

OE — O Cimi tem acusado o Governo de conceder igualmente permissão para que grupos econômicos explorem o



A espoliação das terras indígenas tem sido feita sistematicamente por grupos econômicos.

subsolo das reservas e retirem suas madeiras. Como conter essa espoliação?

Dom José — Os grupos minoritários não tem vez no contexto nacional. Mas não são os minoritários. Também os majoritários e marginalizados como os sem-terra, os posseiros, os pequenos agricultores, os trabalhadores. A espoliação desses grupos humanos se faz sistematicamente e quem o Governo faça algo para protegê-los. Não saberia dizer o que se poderia fazer para proteger as áreas indígenas contra sua exploração sistemática. Em algumas áreas foram os próprios índios que conseguiram alguma coisa. Parece então que o único caminho é o dos índios se defenderem. Mas nem todas as tribos estão preparadas para isso. Não conhecem a malícia do branco.

OE — O Banco Mundial foi acusado pelo Cimi de responsabilidade na destruição do povo Nambikuara por financiar a estrada Cuiabá-Porto Velho (Vale do Guaporé) onde aqueles índios vivem. Como o Senhor vê essa situação?

Dom José — O Ministro Andreaza afirmou que o novo traçado da estrada Cuiabá-Porto Velho sai pelo Rio Guaporé. O Ministro falou, está falado. Porém devo ressaltar que não foi o Cimi o primeiro a reclamar o novo traçado da Cuiabá-Porto Velho. E como outras vezes, também nesta manifestação o Governo foi de uma insensibilidade impar.

OE — A Funai está promovendo em todo o Brasil a integração da economia indígena aos mecanismos do mercado capitalista no sentido de fazer com que o índio tenha excedente de alimentos e passe a comercializar e abastecer as cidades?

DOM JOSÉ — Esse é o caminho inexorável do órgão governamental: integrar o índio a qualquer custo. O resultado, na maioria dos casos, será a marginalização total do índio e a posse de suas áreas pelos latifundiários, a não ser que aconteça algum milagre imprevisto.

OE — Como evangelizar o índio sem desrespeitar a sua cultura, a sua etnia, sem ferir a sua autodeterminação?

Dom José — Esta é uma questão que os missionários colocam com muita seriedade. As linhas gerais do Cimi nesse assunto tão importante podem ser resumidas nos seguintes pontos: inserir-se no grupo indígena, aprender a língua sem a qual não se penetram nos seus segredos, conhe-

cer sua cultura, seus mitos e suas tradições religiosas, conhecer os valores religiosos vividos por eles. Esses são os pressupostos mínimos para depois anunciar os valores evangélicos e o Cristo.

OE — Por que é tão importante criar parques indígenas como o Yanomani?

Dom José — A criação de parques indígenas devia ser importante. Assim seria respeitado por todos, até pelo Governo. Mas o desrespeito havido em vários parques indígenas não dá segurança nenhuma. Luta-se pela criação do parque Yanomani há oito anos e até hoje nada. São oito mil índios que podem desaparecer pela invasão sistemática dos latifúndios e das mineradoras. Não há segurança alguma para aqueles índios. Já na Assembleia de 1980 a CNBB apelou diretamente para o Presidente da República e nada. Mas contente que a região dos Yanomani é rica em minérios...

OE — Por que o Tribunal Russel condenou a Missão Salesiana de Rio Negro?

Dom José — O Tribunal Russel condenou a Missão Salesiana de Rio Negro porque, de acordo com as acusações de um escritor, sociólogo, teatrólogo e historiador de Manaus, a missão estaria praticando um etnocídio, desrespeitando a cultura indígena, mantendo internatos que descaracterizariam os índios, permitindo que se levem meninas indígenas para trabalharem como empregadas domésticas em famílias de Manaus. O bispo nega totalmente essas acusações.

OE — O Tribunal Russel tem condições de julgar a causa indígena?

Dom José — O Tribunal Russel não tem efeito jurídico. Pretende ser um tribunal de efeito moral e psicológico ou social. Dedicar-se às causas de violação de direitos de minorias étnicas. Para as Américas, julga problemas indígenas são os grupos ou povos mais desrespeitados. Em outros continentes são outros grupos ou minorias étnicas.

Por Marcos Bedin